

AJUSTE MAIS FROUXO

Governo muda metas e adia superávit para 2026, último ano do atual mandato de Lula

RENAN MONTEIRO, RENATA AGOSTINI, ELIANE OLIVEIRA E JOÃO SORIMIA NETO
renan@oglobo.com.br
BRASIL/SÃO PAULO

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem um afrouxamento no ajuste nas contas públicas. A meta de resultado fiscal será de zero em 2025, a mesma deste ano (ou seja, receitas iguais às despesas). A obtenção do primeiro superávit foi adiada para 2026, último ano do atual mandato, com saldo de R\$ 33,1 bilhões.

As novas previsões indicam melhora gradual nas contas até 2028, quando o país alcançaria saldo positivo de 1% do PIB. O novo modelo consta no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, enviado ontem ao Congresso, e representa a flexibilização do arcabouço fiscal. Para analistas, a mudança mina a credibilidade da regra.

Quando foi lançada, a regra fiscal previa superávit de 0,5% do PIB no próximo ano e de 1%

em 2026. A trajetória prevista para as contas era vista com ceticismo pelo mercado. Com as mudanças anunciadas, não só o governo prevê piora do quadro fiscal, como reduziu a velocidade do ajuste nas contas: no lugar de avanço de 0,5 ponto percentual a cada ano, prevê melhoria de 0,25 ponto ao ano entre 2025 e 2027.

FOLGA DE R\$ 159 BI

A mudança dará "folga fiscal" de R\$ 159,3 bilhões aos cofres federais nos dois últimos anos do governo Lula, o que significa uma margem que o governo terá para evitar cortes ou aumentar receitas, segundo cálculos do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. O valor representa a diferença entre as metas anteriores e as anunciadas ontem.

No projeto da LDO consta previsão para o salário mínimo de R\$ 1.502 para 2025, ganho real estimado de 2,9% em relação ao piso atual, de R\$ 1.412 (leia mais na página 12).

— Nós vamos ter que conti-



Equilíbrio. Haddad diz que vai continuar interlocução com Congresso

nuar trabalhando com o Congresso Nacional em busca dessas fontes (para equilíbrio das contas). Tanto de menor despesa quanto de recompor a receita. Se crescermos com inflação dentro da meta, o equilíbrio da dívida pública fica mais simples — disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à GloboNews.

A mudança na meta é decorrente da avaliação de que o Congresso não tem apetite para aprovar medidas complexas

de alta de receitas e que a agenda de aumento de arrecadação está se esgotando. A decisão foi "ajustar as expectativas" para não transformar a meta de 2025 em algo "grande demais" e, na prática, inatingível, disse um auxiliar do ministro.

Parlamentares têm aumentado a pressão para desidratar propostas do governo, caso da alteração no Perse (redução de impostos para setor de eventos) e em benefícios para municípios. Para a Fazenda, o

mercado já entendeu que o governo é "sério" e comprometido com o ajuste. Mas é preciso "dosar" expectativas conforme a realidade da política.

A opção pela meta zero indica, na prática, a possibilidade de déficit de até 0,25% do PIB, já que o arcabouço prevê uma margem de tolerância, podendo levar o rombo a R\$ 31 bilhões no próximo ano. O próprio governo já prevê resultado de precatórios (despesas judiciais), mas que será descontado em parte da meta por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Para este ano, a meta já é de déficit zero, e a última avaliação oficial previu buraco de R\$ 9,3 bilhões.

Para chegar no resultado do ano que vem, o governo conta com a continuidade de receitas extraordinárias aprovadas para 2024. Na lista, estão R\$ 28 bilhões com novos acordos em processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e R\$ 31 bilhões em novos entendimentos entre o

Fisco e os contribuintes para a regularização de impostos.

Economistas ouvidos pelo GLOBO dizem que, desde a alteração feita semana passada — a antecipação de R\$ 15,7 bilhões extras para este ano —, a sinalização dada pelo governo era negativa. Integrantes do governo refutam a avaliação:

— O marco fiscal está intacto — disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Para Josué Pellegrini, economista da gestora Warren Rena, a mudança prejudica a regra: — Afeta a credibilidade do arcabouço, não só pela mudança em si, mas pela postura do Congresso e do governo em relação à questão fiscal.

Para Sérgio Vale, da MB Associados, há uma leitura equivocada de que o arcabouço é "do ministro Haddad".

— Nas vezes em que a política fiscal funcionou, as regras eram vistas como algo além da Fazenda. E com papel importante do Congresso. O regime fiscal, infelizmente, continuará fazendo água.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11